

Concurso Público - Quadro de Pessoal Técnico-administrativo - UNIRIO 2009
Auditor

- 1)** Considerada a legislação vigente acerca dos estágios da despesa pública, é correto afirmar que o (a)
- a) pagamento precede a liquidação.
 - b) empenho ordinário destina-se a despesas cujo montante seja previamente conhecido, mas, cujos pagamentos, devam ocorrer parceladamente.
 - c) liquidação precede o empenho.
 - d) empenho global destina-se a despesas cujo montante seja previamente conhecido, mas, cujos pagamentos devam ocorrer parceladamente.
 - e) empenho por estimativa destina-se a despesas cujo montante seja previamente conhecido, mas, cujos pagamentos devam ocorrer parceladamente.
- 2)** Nas afirmativas abaixo, identifique a única opção falsa em relação à Lei de Responsabilidade Fiscal.
- a) A Lei fixa limites para despesas com a dívida pública.
 - b) Pela Lei, o governante pode criar despesa continuada, desde que indique sua fonte de receita ou não reduza outras despesas já existentes.
 - c) Na Lei, há limites para gastos com pessoal, sendo que, na União, esse limite chega à 60% da Receita Corrente Líquida.
 - d) Pela Lei, são definidos mecanismos adicionais de controle das finanças públicas em ano de eleição
 - e) O código de conduta estabelecido pela Lei para os administradores públicos passa a valer para os Três Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) e nas três esferas de Governo.
- 3)** Os regimes contábeis da receita e despesa, segundo a Lei 4.320/64, são respectivamente:
- a) Competência e Misto.
 - b) Caixa e Prudência.
 - c) Caixa e Competência.
 - d) Competência e Caixa.
 - e) Conta corrente e Estoque.
- 4)** De acordo com os preceitos da Contabilidade Pública adotados em nosso país, os restos a pagar, os débitos de tesouraria, a dívida fundada interna e o resultado acumulado pertencem, respectivamente, aos seguintes grupos:
- a) passivo financeiro, passivo financeiro, passivo não financeiro e patrimônio líquido
 - b) passivo não financeiro, passivo não financeiro, passivo financeiro e patrimônio líquido
 - c) passivo financeiro, passivo não financeiro, passivo não financeiro e patrimônio líquido
 - d) passivo não financeiro, passivo financeiro, passivo financeiro e passivo financeiro
 - e) passivo financeiro, passivo não financeiro, passivo não financeiro e passivo financeiro

5) Em relação às técnicas de auditoria, é **INCORRETO** afirmar que

- a) as conferências de somas e cálculos têm a finalidade de confirmar a fidedignidade das operações aritméticas.
- b) a confirmação externa ou circularização consiste na obtenção de declaração formal e imparcial de pessoas de fora da empresa, referente a assuntos de interesse da auditoria em execução.
- c) a contagem ou inspeção física corresponde à verificação “*in loco*”, a qual deverá fornecer ao auditor a evidência para a formação da opinião quanto à existência física do objeto ou item examinado.
- d) o exame de documentos consiste na comprovação por meio de análises da documentação que dá suporte às transações que, por questões legais, comerciais ou de controles, devem ser devidamente documentadas.
- e) a observação é a técnica que consiste na obtenção de evidências, por meio da formulação de perguntas às pessoas envolvidas no assunto em exame.

6) O Controle Interno representa em uma organização o conjunto de procedimentos, métodos ou rotinas com os objetivos de proteger os ativos, produzir dados contábeis confiáveis e ajudar a administração na condução ordenada dos negócios da empresa. Um tipo de controle contábil está indicado em

- a) estudos de tempos e movimentos
- b) controles físicos sobre ativos
- c) treinamento de pessoal
- d) análise de variações entre valores orçados e incorridos
- e) controle de qualidade

7) De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, a entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional, legal ou os destinados ao Sistema Único de Saúde é definida como

- a) Transferência Constitucional
- b) Transferência Voluntária
- c) Receita de Contribuição
- d) Receita Industrial
- e) Receita Extra Orçamentária

8) Um objetivo do planejamento do trabalho de auditoria é

- a) realizar os exames independentemente do período de execução necessário.
- b) determinar a amplitude dos exames, não se preocupando com a sua natureza.
- c) estabelecer racionalmente a extensão dos diversos procedimentos.
- d) não evitar eventuais sobrecargas de trabalho.
- e) realizar os testes independentemente da amplitude necessária.

9) Ao detectar erros relevantes ou fraudes no decorrer dos seus trabalhos, o auditor deve

- a) comunicar aos acionistas da empresa.
- b) comunicar aos funcionários da área auditada.
- c) desprezar as informações apuradas.
- d) comunicar à administração da entidade, sugerindo medidas corretivas.
- e) modificar o planejamento da auditoria.

10) As metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública devem ser estabelecidas no seguinte instrumento de planejamento governamental do(a)

- a) Orçamento Público
- b) Plano Plurianual
- c) Lei de Diretrizes Orçamentárias
- d) Lei de Créditos Suplementares
- e) Plano de Investimentos

11) Toda e qualquer autoridade de cujos atos resultarem emissão de empenho, autorização de pagamentos, suprimento ou dispêndio de recurso da União ou pela qual esta responda nos termos do Decreto-Lei nº 200/67 é conhecido como

- a) Ordenador de Despesas
- b) Chefe da Unidade Gestora
- c) Liquidante da Despesa Pública
- d) Gestor da Unidade Orçamentária
- e) Gestor privado

12) A lei orçamentária anual compreenderá o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público e, ainda, o orçamento de investimentos das empresas e o orçamento de seguridade social, conforme disposto no art. 165 da Constituição Federal.

Este enunciado tem por finalidade atender ao princípio da

- a) exclusividade.
- b) unidade.
- c) anualidade.
- d) especificação.
- e) transparência

13) Os estágios da receita são classificados em

- a) Empenho, liquidação e pagamento
- b) Fixação, lançamento, arrecadação e empenho
- c) Previsão, fixação e recolhimento
- d) Previsão, lançamento, arrecadação e recolhimento
- e) Recolhimento, arrecadação e fixação

14) O Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI - foi criado visando à realização de

- a) Todo o processamento, controle e execução financeira, patrimonial e contábil do governo federal brasileiro.
- b) Todos os procedimentos inerentes ao levantamento físico dos bens móveis.
- c) Todo o procedimento de verificação plena das ações efetivas da contabilidade de custos.
- d) Todas as medidas do controle interno para a confirmação dos dados analíticos.
- e) Todas as ações de confirmação de liquidação e pagamento das despesas públicas.

15) A Nota de Empenho é um documento que se destina a registrar o comprometimento de despesa orçamentária, obedecidos aos limites estritamente legais, bem como aos casos em que se faça necessário o reforço ou a anulação desse compromisso. A alternativa correta em relação à nota de empenho é

- a) Não se deve confundir empenho da despesa com nota de empenho; esta, na verdade, é a materialização daquele, embora, no dia-a-dia, haja a junção dos dois procedimentos em um único.
- b) Nota de empenho é o documento legal para a verificação do inventário de bens móveis.
- c) Nota de empenho é o documento legal para a escrituração dos bens intangíveis da administração.
- d) Nota de empenho é a complementação da Ordem Bancária.
- e) Nota de empenho é o documento contábil para o pagamento da despesa.

16) Na contabilidade pública, a receita pública se define como sendo

- a) o montante total em dinheiro recolhido pelo tesouro nacional, incorporado ao patrimônio do estado, que serve para custear as despesas públicas e as necessidades de investimentos públicos.
- b) o montante de recursos financeiros para custear a construção de imóveis.
- c) recursos aplicados nas diversas compras do poder público com a aplicação de reservas privadas.
- d) o montante de recursos em dinheiro depositados pelos entes privados em suas contas bancárias institucionais.
- e) o recolhimento mensal de valores depositados nas contas de cadernetas de poupança.

17) Segundo a contabilidade pública, a receita orçamentária se define como sendo

- a) aquela devidamente discriminada na forma do Anexo nº 3 da Lei nº 4.320/64 e integra o orçamento público.
- b) a apropriação de recursos para o pagamento de ações sem fins lucrativos.
- c) a aplicação de fundos em investimentos públicos e privados.
- d) arrecadação constante na própria lei do orçamento (Lei orçamentária anual) e são realizadas através da doação de entidades particulares.
- e) a apropriação indevida de recursos pelo poder público.

18) Para o ente público obter acesso ao Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI - depende de

- a) obtenção de autorização do Senado Federal.
- b) obtenção de senha pessoal, intransferível.
- c) autorização informal do Administrador do Sistema.
- d) autorização formal da Secretaria da Receita Federal.
- e) acesso direto à rede nacional de computadores.

19) No Brasil, o Plano Plurianual – previsto no artigo 165 da Constituição Federal, e regulamentado pelo Decreto 2.829, de 29 de outubro de 1998 – estabelece as medidas, os gastos e os objetivos a serem seguidos pelo Governo Federal, ao longo de um período de quatro anos. Em relação ao Plano Plurianual, é correto afirmar

- a) o PPA é dividido em planos de ações.
- b) a cada ano, será realizada uma avaliação do processo de andamento das medidas a serem desenvolvidas durante o período quadrienal.
- c) a avaliação anual poderá se utilizar de vários recursos para sua efetivação, inclusive de pesquisas de satisfação pública, quando viáveis.
- d) pode-se afirmar que o Plano Plurianual faz parte da política de descentralização do governo federal, que já é prevista na Constituição vigente.
- e) o PPA é definido em conjunto com os órgãos públicos, privados e mistos de maneira a apresentar ações puramente políticas.

20) A Despesa pública é a aplicação (em dinheiro) de recursos do Estado para custear os serviços de ordem pública ou para investir no próprio desenvolvimento econômico do Estado. Neste sentido podemos afirmar que

- a) as despesas públicas devem ser autorizadas pelo Poder Legislativo, através do ato administrativo chamado orçamento público. A exceção são as chamadas despesas extra-orçamentárias.
- b) a Despesa é aquela que não depende de autorização legislativa para ser realizada e que pode ser efetivada sem a existência de crédito orçamentário que lhe corresponda suficientemente.
- c) as despesas são recolhidas trimestralmente pelo poder público, para a contabilização no Sistema de Administração Financeira do Governo Federal.
- d) são ações planejadas para o recolhimento e manutenção das receitas próprias.
- e) a despesa é realizada anualmente e contabilizada mensalmente pela setor contábil de cada órgão público e privado.

21) A Constituição da República estabelece em seção específica normas gerais sobre os orçamentos, determinado a iniciativa, a compatibilidade com demais normas, o escopo do texto da lei, matéria, forma e vigência. Nesse sentido o artigo. 165 da CF normatiza que Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

- I – o plano plurianual.
- II – as diretrizes orçamentárias.
- III – os orçamentos anuais.
- IV – os relatórios anuais de gestão.

Está (ão) correta(s) a (s) seguinte(s) afirmativa(s):

- a) I e II.
- b) III e IV.
- c) III.
- d) I, II e III.
- e) Todas.

22) O parágrafo quinto do art 165 da CF estabelece que a lei orçamentária compreenderá:

I – o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público.

II – o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha maioria do capital social com direito a voto.

III – o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo poder público.

Está (ão) correta(s) a (s) seguinte(s) afirmativa(s):

- a) I e II.
- b) III e I.
- c) III.
- d) II.
- e) Todas.

23) Em seu Art. 165 da CF, § 8º estabelece que a lei orçamentária não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei. Portanto, é matéria da LOA, **exceto** a

- a) Fixação da despesa;
- b) Autorização para abertura de créditos suplementares;
- c) Autorização para contratação de operações de crédito;
- d) Previsão da receita;
- e) A vinculação de receita de impostos.

24) Em se tratando das despesas públicas é correto que a(s) classificação(ões) responde(m) à(às) seguinte(s) indagação(ões) :

I - Classificação Institucional – “quem” é o responsável pela programação?

II- Classificação Funcional – “em que área” de ação governamental a despesa será realizada?

III- Classificação por Programas – “para que” os recursos são alocados? (finalidade) Quais ações realiza o governo?

IV- Natureza da Despesa – “o que” será adquirido e “qual” o efeito econômico da realização da despesa?

Está (ão) correta(s) a (s) seguinte(s) afirmativa(s):

- a) I e II.
- b) III e I.
- c) III.
- d) II.
- e) Todas.

25) São características do SIAFI, **exceto** a (o) :

- a) Padronização de procedimentos controle on-line da execução orçamentária e financeira com automação do registro contábil.
- b) Registro dos documentos on-line e sem Internet.
- c) Contabilidade como fonte de informação e transparência nos gastos públicos
- d) Segurança e intempetividade das informações.
- e) Integração com Outros Sistemas e otimização da administração financeira.

26) A descentralização é um processo de transformação que envolve, por exemplo, a redistribuição de poder e de recursos, redefinição de papéis da esferas do governo, e reorganização institucional.

Nesse contexto é correto afirmar que a dimensão:

I – Política – é a autonomia de formular e proceder escolhas.

II – Financeira – é a liberdade para alocação de recursos e critérios de alocação.

III – Administrativa – é a liberdade para adoção de princípios e diretrizes para a organização da máquina administrativa.

Está (ão) correta(s) a (s) seguinte(s) afirmativa(s):

- a) I e II.
- b) III e I.
- c) III.
- d) II.
- e) Todas.

27) Visualizado o conceito de descentralização da prestação dos serviços públicos, há que destacar os modelos de descentralização adotados pela doutrina pátria.

I - Na descentralização o Estado atua *indiretamente*, pois o faz através de outras pessoas, seres juridicamente distintos dele, ainda quando sejam criaturas suas e por isso mesmo se constituam, em parcelas personalizadas da totalidade do aparelho administrativo estatal.

II - Já a descentralização administrativa ocorre quando o ente descentralizado exerce atribuições que decorrem do ente central, que empresta sua competência administrativa constitucional a um dos entes da federação tais como os Estados-Membros, os municípios e o Distrito Federal, para a consecução dos serviços públicos.

III – A descentralização administrativa se apresenta de três formas. Pode ser territorial ou geográfica, por serviços, funcional ou técnica e por colaboração.

Está (ão) correta(s) a (s) seguinte(s) afirmativa(s):

- a) I e II.
- b) III e I.
- c) III.
- d) II.
- e) Todas.

28) Quanto às entidades destinatárias do orçamento a receita orçamentária pode ser classificada exceto para as

- a) Públicas.
- b) Privadas.
- c) Religiosas.
- d) Efetivas.
- e) Não-Efetivas.

29) Assinale a opção que indica, corretamente, a classificação de receita pública:

- a) Intra-orçamentários sociais: do tipo emissão de moeda e cancelamento de restos a pagar
- b) Orçamentários: do tipo originária e patrimonial
- c) Extra-orçamentários: taxas e impostos
- d) Orçamentários – derivadas e empresarial
- e) Intra-orçamentários – contribuições e caução

30) Na elaboração do orçamento público a codificação econômica da receita orçamentária é composta dos níveis abaixo:

I - 1º Nível – Categoria Econômica, 2º Nível – Origem, 3º Nível – Espécie, 4º Nível – Rubrica, 5º Nível – Alínea, 6º Nível – Subalínea.

II - 1º Nível – Origem, 2º Nível – Categoria Econômica, 3º Nível – Rubrica, 4º Nível – Alínea, 5º Nível – Espécie, 6º Nível – Subalínea.

III - 1º Nível – Espécie, 2º Nível – Categoria Econômica, 3º Nível – Origem, 4º Nível – Rubrica, 5º Nível - Subalínea, 6º Nível – Alínea.

Está (ão) correta(s) a (s) seguinte(s) afirmativa(s):

- a) I.
- b) III e I.
- c) III.
- d) II.
- e) Todas.

31) A Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, ao incorporar imóvel ao seu patrimônio oriundo de doação em pagamento em processo administrativo tributário, deliberou levar a hasta pública e alienar o imóvel. Contudo não houve arrematante, frustrando o processo licitatório. Nessa circunstância, a licitação, segundo as formalidades legais

- a) não será necessária, à luz do ordenamento jurídico, haja vista tratar-se de bem afeto ao patrimônio de órgão da administração municipal.
- b) será obrigatória, se o imóvel for avaliado acima de patamar definido em lei, devendo ser realizada sob a modalidade de concorrência pública.
- c) será obrigatória, podendo ser realizada sob a modalidade de concorrência ou leilão.
- d) será dispensável.
- e) será inexigível.

32) Das várias modalidades de licitação, abaixo indicadas, aquela que **não** consta na lei 8666/90 é

- a) menor preço.
- b) menor preço e melhor qualidade.
- c) convite.
- d) pregão.
- e) leilão.

33) De acordo com previsão expressa contida na Lei nº 8.666/93, é cabível inexigibilidade de licitação e não sua dispensa, para a contratação

- a) de pequeno valor, até 10% do limite fixado para convite.
- b) quando não acudirem interessados à licitação anterior que não possa ser repetida.
- c) de impressão do Diário Oficial.
- d) de profissional do setor artístico, desde que consagrado pela crítica especializada.
- e) quando houver possibilidade de comprometimento da segurança nacional.

34) O tipo de licitação de maior lance ou oferta, previsto na Lei no 8.666/93, ocorre na

- a) aquisição de bens e serviços de informática.
- b) construção de obras públicas.
- c) aquisição de material permanente.
- d) concessão de direito real de uso.
- e) contratação de serviços técnicos especializados.

35) Dispensada, como procedimento licitatório, é apropriado para alienar bens móveis da União, previsto na Lei nº 8.666/93, no seguinte caso:

- a) doação, para fins residenciais de classe média.
- b) pregão ou convite.
- c) permuta, permitida exclusivamente entre órgãos ou entidades da Administração Pública.
- d) venda de ativos em ouro do Banco Bradesco S/A.
- e) venda de vinhos da Embrapa, exclusivamente para o Itamarati (MRE).

36) Nas contratações para compras, obras e serviços públicos, conforme previsto na Lei nº 8.666/94, a autoridade administrativa

- a) deve licitar, se o caso específico não for expressamente previsto na lei como possível de dispensa ou inexigibilidade.
- b) está sempre obrigada a fazer licitação.
- c) pode deixar de licitar, a seu critério de conveniência.
- d) pode optar entre licitação, dispensa e/ou inexigibilidade.
- e) pode dispensar a licitação, nos casos expressamente previstos na lei.

37) No âmbito da legislação de licitação, existe vedação para a contratação direta, com base em inexigibilidade por notória especialização, de serviços de

- a) patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas.
- b) auditorias financeiras ou tributárias.
- c) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal.
- d) publicidade e divulgação.
- e) restauração de obras de arte.

38) A Lei 8666/93, ao estabelecer normas gerais sobre licitação e contratos administrativos, tem abrangência de lei nacional, que, obrigatoriamente, inclui

- a) a União Federal e os Estados que aderirem por convênio.
- b) a União Federal, os Estados, os Municípios, órgãos da administração direta e os fundos especiais.
- c) a administração direta, as sociedades de economia mista, exclusivamente, do Distrito Federal.
- d) a União Federal, os Estados, os Municípios, órgãos da administração indireta, os fundos especiais das concessionárias públicas.
- e) a União Federal, os Estados e os Municípios que aderirem por contrato administrativo.

39) Após dois anos de assinatura do contrato entre o Município do Rio de Janeiro e a empresa vencedora da licitação, esta não pode dar início ao objeto pactuado devido à não liberação, por parte da municipalidade, no prazo contratual, do local para a execução da obra. Não podendo mais manter o avençado, a empresa terá faculdade de

- a) revogar unilateralmente o contrato em virtude da ocorrência de caso fortuito regularmente comprovado.
- b) rescindir unilateralmente o contrato ante a existência da causa justificadora da inexecução do contrato denominada *exceptio non adimpleti contractus*.
- c) pleitear a rescisão do contrato em virtude da caracterização do fato da Administração.
- d) alegar a existência de interferências imprevistas para interromper imediatamente a execução do contrato.
- e) pleitear a rescisão do contrato em virtude da caracterização do fato da Administração.

40) Os contratos administrativos com as devidas justificativas poderão ser alterados, unilateralmente, pela própria Administração, nos casos de haver

- a) conveniência na substituição da garantia de sua execução.
- b) necessidade de modificar o regime de execução da obra ou do serviço, bem como o modo de fornecimento, em face de verificação técnica de inaplicabilidade, dos termos contratuais originários.
- c) modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos.
- d) imposição de circunstâncias supervenientes, para a modificação da forma de pagamento, mantido o valor inicial contratado.
- e) necessidade de restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente, entre os encargos do executado e a retribuição da Administração, com vistas a manter a justa remuneração da obra, do serviço ou do fornecimento.

TEXTO I

Escombros de junho

Essas músicas juninas doem aqui dentro, fundo e irreparavelmente. Já expurguei minha modesta discoteca dos discos antigos, mas evitar quem há de? A gente passa pelas ruas e há sempre a vitrola berrando as canções de outros tempos e outras saudades.

“Cai, cai balão,
não deixa o vento te levar...”

A música é triste, feita pelo homem triste que acabou se matando, o Assis Valente, autor daquela canção de Natal que também é a coisa mais triste dos natais. Mas deixemos o Natal, que longe está, e enfrentemos com mão crispada este junho sem balões e sem fogueiras, este junho de apartamento e compromissos.

“A ventania
de tua queda vai zombar,
cai, cai balão,
não deixa o vento te levar...”

Não há ventania por ora, e tudo parece sólido. Mas a canção despejada no fim de tarde me surpreende na rua, cheia de gente apressada em busca de condução para casa. As luzes já estão acesas e ninguém estanca para ouvir a canção. Só eu tenho tempo e motivo de parar e olhar o chão, em busca de raízes insepultas e dolorosas.

As canções de carnaval não doem tanto. Não sou lá de carnaval, suas músicas passam e pouco me marcam. Mas em junho, a infância retorna inteira, trazida nas mesmas canções e gostos. E não só a infância. Agora, já começa a nascer a nostalgia de outras infâncias: as garotas crescem e, ao invés de gastarem o São João ao meu lado, preferem as festas onde acabam dançando tuíste.

E este ódio vem subitamente à tona com a música que a casa comercial despeja cruelmente sobre nossas cabeças. Não há de ser nada, não há de ser nada, a música acabou e começa outra, esta mais alegre, embora inclemente em seu significado:

“Com a filha de João,
Antônio ia se casar...”

Vejo a garotinha diante da mesa cheia de doces, alisando a toalha e batendo com os pés na cadência da música. Chego em silêncio e em silêncio surpreendo os olhos daquela menininha que é minha filha. Estão cheios de balões e luzes, de fogos e carinhos. Fecho as mãos sobre sua cabeça e peço, a não sei quem, que me guarde aquilo para mim, aquele mundo de magia e amor que cabe numa cabecinha tão pequenina e doce.

Pelas paredes, os meus balões pendem como escombros coloridos. Gastara um mês fazendo balões, enormes, as crianças ajudavam como podiam e não podiam muito, mas assim mesmo gostavam. E agora, quando a grande noite vai começar, eu agarro com desespero aquela frágil cabeça pedindo eternidade para meus balões e para minhas ambições que não passam dos estreitos limites de duas garotas que veem pedir para acender as lanternas:

– Tá na hora papai!

Eu valorizo a festa e a espera:

– Falta um pouco ainda. O céu ainda está azulado.

Depois, a noite caiu, negra, para sempre. Proibiram balões e, de minha janela do Posto 6, não posso soltar nem estrelinhas. As meninas dançam tuíste e não tenho o que fazer a não ser roer a solidão e a

rapadura que o parente da roça me mandou por equívoco, pensando que eu gostasse. Sim, tudo mudou, menos as canções que são as mesmas.

Fecho os olhos então, e vejo passar sem ruído, na noite que cobre as minhas vergonhas, os balões de meu pai, mais tarde os meus próprios balões, iluminados, em silêncio. Balões que nunca me libertaram de seu legado de tristeza, mansidão e fragilidade. E triste e manso, fecho as janelas para proteger a inútil fragilidade do homem acorrentado em seus fantasmas de papel fino.

CONY, Carlos Heitor. Antologia Escolar de Crônicas – 80 Crônicas Exemplares – Organizada por Herberto Sales. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, s/d.

41) A repetição de “ Não há de ser nada, não há de ser nada,...” (§ 5º.) marcará, quanto ao íntimo do emissor, um momento de

- a) egoísmo.
- b) repouso.
- c) liberdade.
- d) hesitação.
- e) condescendência.

42) A expressão “ Sim, tudo mudou, ...” (§ 11º.) retoma fatos anteriormente apresentados, com exceção de

- a) “ ... me mandou por equívoco, ...”
- b) “ Proibiram os balões ...”
- c) “ ... não posso soltar nem estrelinhas.”
- d) “ As meninas dançam tuíste ...”
- e) “ ... não tenho o que fazer ...”

43) O texto se inicia com o emprego da primeira pessoa do singular, ‘eu’— “ Já expurquei minha ...”. No segundo parágrafo, o emissor emprega a primeira pessoa do plural, ‘nós’ — “Mas deixemos o Natal, que está longe, enfrentemos ...”. Essa mudança tem como objetivo firmar maior aproximação com

- a) as festas juninas.
- b) as obrigações.
- c) o passado.
- d) o leitor.
- e) o compositor.

44) A nova estrutura linguística proposta que implica mudança de significado é

- a) “ ... mas evitar quem há de?” (§ 1º.) / ... mas quem há de evitar
- b) “ As canções de carnaval não doem tanto.” (§ 4º.) / Não doem tanto as canções de carnaval.
- c) “ Só eu tenho tempo ...” (§ 3º.) / Eu só tenho tempo ...
- d) “ Agora, já começa a nascer a nostalgia de outras infâncias : ...” (§ 4º.) / Agora, já começa a nostalgia de outras infâncias a nascer : ...
- e) “ Não há ventania por ora, ...” (§ 3º.) / Por ora, não há ventania, ...

45) A expressão “ com a música” (§ 5º.) estabelece, com o restante anterior da oração, a relação de

- a) causa.
- b) conclusão.
- c) concessão.
- d) acréscimo.
- e) adversidade.

46) Para o desenvolvimento do texto como um todo, o emissor tomou como fio condutor o estabelecimento de paralelos. Dentre os apresentados a seguir, o que se afasta do princípio dos demais é

- a) músicas juninas / canções de natal.
- b) feitura dos balões / ajuda das crianças.
- c) infância do emissor / infância das filhas.
- d) confecção de balões / proibição de balões.
- e) músicas menos alegres / músicas mais alegres.

47) Uma leitura proficiente desse texto impede que se afirme que

- a) o texto remete a três gerações de uma família.
- b) a ocorrência da forma verbal roer no § 11º. acumula dois significados.
- c) o fato acontecido na rua foi consequência para meditações sobre os apressados transeuntes.
- d) a palavra balões foi empregada em referência tanto ao objeto propriamente dito como a aspecto psicológico do emissor.
- e) o início do texto é marcado pela ocorrência de imagem sensorial auditiva, seguidas de outras, ao longo do texto que são sensoriais visuais.

48) O segmento destacado que constitui uma argumentação é

- a) “ A música é triste, ...” (§ 2º.)
- b) “ Fecho os olhos então, ...” (§ 12º.)
- c) “ Não há ventania por ora, ...” (§ 3º.)
- d) “ O céu ainda está azulado.” (§ 10º.)
- e) “ As meninas dançam tuíste ...” (§ 11º.)

49) O emprego da palavra sublinhada em “ Não sou lá de carnaval, ...” imprime, lingüisticamente, a idéia de

- a) distanciamento.
- b) lugar.
- c) tempo.
- d) dúvida.
- e) retificação.

50) A redundância observada no emprego das expressões sublinhadas em “ ... que me guarde aquilo para mim, aquele mundo ...” (§ 6º.) tem como objetivo enfatizar

- a) prazer.
- b) aflição.
- c) remorso.
- d) atenção.
- e) saudosismo.

TEXTO II

Mentes afinadas

Em Barra Mansa, um projeto de educação musical chama a atenção pelo ineditismo. Com quatro anos de existência, o projeto atinge 50 escolas da rede pública municipal. Cinco mil crianças e adolescentes recebem aulas de música ministradas por 54 profissionais. Os alunos podem estudar qualquer instrumento da orquestra. Com algum tempo de estudo, formam quartetos, quintetos, como preparação para a grande orquestra – que já existe. Também há um coral e uma banda sinfônica, que recentemente venceu o Campeonato Nacional de Bandas Sinfônicas.

Tudo isso tem um alcance maior que o da simples cultura artística. Alguns anos atrás, passou pelo Rio de Janeiro um professor – Robert Witkin – que causou grande impacto no sistema educacional da Inglaterra através de aulas em que ele trabalhava a sensibilidade dos alunos. Logo se descobriu, através de pesquisas, que quem tinha passado por essas aulas produzia mais em todas as outras matérias – geografia, história, matemática. O que não é surpreendente, sobretudo agora que temos estudos sobre a chamada “inteligência emocional”. Uma sensibilidade trabalhada resulta em seres humanos mais completos, mais abertos para os desafios da vida.

No Brasil, esse território ainda é bem pouco explorado. A educação musical, especificamente, sumiu dos currículos quando foram deixando o palco os professores que Villa-Lobos formara, no seu grande projeto nacional de educação musical. Esse sumiço também coincidiu com um período em que se deu ênfase cada vez maior às ciências exatas, em detrimento dos antigos ideais de humanismo. A corrida para o vestibular acabou de jogar para o lado tudo o que pudesse ser considerado “pouco prático”.

É hora de rever esses conceitos. Já se sabe que trabalhar a sensibilidade é um modo de enriquecer a personalidade, de devolver aos currículos uma parte do fascínio que eles perderam. E, tratando-se de escola pública, as implicações são muito maiores.

O Globo, 12-05-2008.

51) O segmento “ Esse sumiço também coincidiu com um período em que se deu ênfase cada vez maior às ciências exatas, ...”, (§ 3º.) exemplifica, respectivamente, na progressão textual, identificação de

- a) generalização e musicalidade.
- b) ordenação e proporcionalidade.
- c) acréscimo e comparação.
- d) depreciação e suavização.
- e) alternância e conclusão.

52) Dos segmentos destacados, aquele que **não** representa juízo de valor é

- a) Tudo isso tem um alcance maior que o da simples cultura artística.” (§ 2º.)
- b) “ O que não é surpreendente, sobretudo agora...” (§ 2º.)
- c) “ ... em que se deu ênfase cada vez maior às ciências exatas, ...” (§ 3º.)
- d) “ Com algum tempo de estudo formam quartetos, quintetos...” (§ 1º.)
- e) A corrida para o vestibular acabou de jogar para o lado ...” (§ 3º.)

53) O fecho do texto “ E, tratando-se de escola pública, as implicações são muito maiores.” ganha consistência porque, no primeiro e segundo parágrafos, há referência à

- a) premiação no Campeonato Nacional de Bandas Sinfônicas.
- b) existência de matérias como geografia, história e matemática.
- c) argumentação convincente de base quantitativa.
- d) opção estudantil pelo instrumento desejado.
- e) presença do professor inglês no Rio de Janeiro.

54) No processamento argumentativo do texto, o emprego das expressões “ Em Barra Mansa, ...” (§ 1º.) e “ No Brasil, ...” (§ 3º.) denota

- a) amenização.
- b) gradação.
- c) exagero.
- d) similitude.
- e) ironia.

55) Em “ Os alunos podem estudar qualquer instrumento da orquestra.”, (§ 1.) há uma afirmação que implica a noção de

- a) conservadorismo.
- b) desigualdade.
- c) compensação.
- d) erudição.
- e) arbítrio.

56) Não se pode ler no texto a indicação de

- a) discutir matérias integrantes dos currículos brasileiros .
- b) reverenciar a figura de Villa-Lobos e sua ação no ensino.
- c) chamar a atenção para a ‘inteligência emocional’.
- d) problematizar o sistema próprio educacional inglês.
- e) enfatizar o ensino eficiente para a vida.

57) Das estruturas transcritas, a que permite identificar ambigüidade é

- a) “Mentes afinadas” (Título)
- b) “Também há um coral ...” (§ 1º.)
- c) “... especificamente, sumiu dos currículos ...” (§ 3º.)
- d) “... trabalhava a sensibilidade ...” (§ 2º.)
- e) “... mas abertos para os desafios ...” (§ 2º.)

58) Está em desacordo com o texto a seguinte consideração sobre o que retoma a expressão sublinhada:

- a) “... que eles perderam.” (§ 4º.) — “currículos”
- b) “Tudo isso ...” (§ 2º.) — todo o § 1º.
- c) “No Brasil, esse território ...” (§ 3º.) — “sensibilidade trabalhada”
- d) “O que não é surpreendente ...” (§ 2º.) — “produzia mais em todas as outras matérias”
- e) “É hora de rever esses conceitos.” (§ 4º.) — “ênfase cada vez maior às ciências exatas, em detrimento dos antigos ideais de humanismo.”

59) O emprego dos pronomes demonstrativos e das formas verbais sublinhados em

- “... que me guarde aquilo para mim, aquele mundo de magia...” (Texto I, § 6º.);
- “Gastara um mês fazendo balões, ...” (Texto I, § 7º.)
- “... professores que Villa-Lobos formara no seu grande projeto ...” (Texto II, § 3º.)

marca, no desenvolvimento do texto,

- a) reciprocidade.
- b) distanciamento.
- c) dúvida.
- d) posse.
- e) exagero.

60) Os dois textos, de gêneros discursivos distintos, apresentam o mesmo propósito com relação à projeção da música nas instâncias do mundo

- a) familiar.
- b) atual.
- c) pragmático.
- d) político.
- e) psicológico.

61) No sistema operacional Microsoft Windows, a tecla que, pressionada com a tecla CTRL (isto é, junto com a tecla CTRL também pressionada), executa um atalho para a operação de desfazer a última ação realizada é

- a) Z
- b) F4
- c) X
- d) DELETE
- e) A

62) O nome do programa do sistema operacional Microsoft Windows XP que, entre outras tarefas, exibe a estrutura hierárquica de arquivos, pastas e unidades no computador é

- a) Windows Manager.
- b) File Manager.
- c) File Navigator.
- d) File Explorer.
- e) Windows Explorer.

63) No programa Microsoft Word, o formato de arquivo com extensão .dot é usado em arquivos de

- a) documento, que utiliza a definição do modelo normal do Word.
- b) texto sem formatação, que não utiliza modelo do Word.
- c) modelo, que define a estrutura básica para um documento do Word.
- d) texto rico, que permite intercâmbio de documentos entre diversas plataformas.
- e) macro, que contém programação de funções no documento Word.

64) Na edição de um documento no programa Microsoft Word, que caractere especial é inserido através do atalho SHIFT+ENTER, isto é, ao se pressionar a tecla ENTER com a tecla SHIFT pressionada?

- a) Quebra de página.
- b) Quebra de linha.
- c) Quebra de seção.
- d) Parágrafo.
- e) Entrada de auto-texto.

65) Considere uma planilha Excel, com as seguintes células preenchidas com números: A1=1, A2=2, A3=3, B1=1, B2=2, B3=3. Que valor será calculado na célula A4 se esta tiver o conteúdo =SOMA(A1:B2;B3)?

- a) 6
- b) 3,5
- c) 0
- d) 9
- e) 1

66) Em relação ao afastamento preventivo de servidor, como medida cautelar na apuração de irregularidade, segundo a Lei 8.112/90, pode-se afirmar que o afastamento

- a) do exercício do cargo pode se dar sem fixação de prazo, no mínimo de até sessenta dias até concluir o processo disciplinar.
- b) do exercício do cargo pode se dar até sessenta dias, prorrogado por igual período para a conclusão do processo disciplinar, sem prejuízo da remuneração.
- c) do servidor tem por objetivo evitar que venha a influir na apuração da sua privacidade, como ler e-mail institucionais de assuntos de vida íntima.
- d) do servidor deve ser determinado pelo Presidente da Comissão do Inquérito Disciplinar.
- e) do servidor ocorre com prejuízo da remuneração, quando o inquérito não estiver concluído em trinta dias.

67) A reinvestidura do servidor no cargo de técnico-administrativo anteriormente ocupado, quando invalidada a sua demissão, por decisão administrativa ou judicial, com o ressarcimento de todas as vantagens, é a forma de provimento denominada de

- a) readaptação.
- b) recondução.
- c) reintegração.
- d) reversão.
- e) readmissão.

68) Pedro, servidor nomeado para um cargo, público toma posse, mas não entra em exercício dentro do prazo de 15 dias. Pedro deverá

- a) ser transferido para outra carreira.
- b) ser demitido puramente.
- c) ser demitido com a nota de “a bem do serviço público”.
- d) ser exonerado de ofício.
- e) sofrer pena de advertência ou de suspensão.

69) A vantagem paga ao servidor, além do seu vencimento, correspondente a um doze avos da sua remuneração de dezembro por mês de exercício durante o ano, que vulgarmente é conhecida como 13º salário, pela Lei 8.112/90, é denominada de

- a) adicional.
- b) abono.
- c) auxílio.
- d) gratificação.
- e) indenização.

70) A licença para tratar de interesses particulares é concedida ao servidor público federal, desde que não esteja em estágio probatório, na seguinte condição:

- a) por prazo indeterminado.
- b) com remuneração integral.
- c) independente de ser ele estável.
- d) por prazo de até dois anos, com remuneração integral.
- e) por prazo de até três anos consecutivos, sem remuneração